

SOMBRAS DA FRONTEIRA

# Suspeitas de ligação com o crime

Absolvido pelo TRF2, empresário dono do Shopping China continua cercado por polêmicas e suspeitas de ligação com o crime



pág.07

O empresário paraguaio Felipe Cogorno Álvarez, dono do Shopping China, uma das maiores redes de lojas instaladas em cidades de fronteira entre Paraguai e Brasil, foi um dos alvos da Operação Patrón, deflagrada em 2019 pela Polícia Federal, em desdobramento da Lava Jato e conduzida pelo juiz federal Marcelo Bretas, no Rio de Janeiro.

**Apesar da resposta da Justiça, seu nome continua associado a acusações e suspeitas de ligações com o crime organizado na fronteira**

CASA DOS HORRORES

## Câmara constrange e reforça desgaste com a população

De acordo com as informações, a sessão foi cancelada após parlamentares priorizarem lanche da manhã e atendimento ao gabinete

Foto Divulgação



pág.04

CHARGE DA SEMANA



## EDITORIAL- 1144

## Denunciar é proteger: a importância de combater a violência contra a mulher

A violência contra a mulher é uma chaga social que atravessa gerações, manifestando-se de formas físicas, psicológica, sexual e até econômica. No Brasil, os números de feminicídio e agressões seguem alarmantes, evidenciando que, apesar das leis e políticas públicas existentes, a cultura de desigualdade e violência de gênero ainda persiste. Denunciar é o primeiro passo para interromper esse ciclo de violência. Muitas mulheres permanecem em situação de risco por medo, vergonha ou falta de conhecimento sobre os canais de apoio. A Lei Maria da Penha criou mecanismos de proteção, mas eles só funcionam se houver coragem de buscar ajuda. Ao denunciar, a vítima não apenas busca proteção, mas também contribui para que o agressor seja responsabilizado, evitando que novos crimes sejam cometidos.

Além do impacto direto na vida das mulheres, a denúncia fortalece a sociedade como um todo.

Ela permite que órgãos públicos, como a polícia, o Ministério Público e os serviços de assistência social, identifiquem padrões de violência, desenvolvam políticas efetivas e intervenham de forma preventiva. Denunciar é, portanto, um ato de cidadania e solidariedade. É fundamental que familiares, amigos e vizinhos também atuem como rede de apoio, encorajando as vítimas a buscar ajuda e orientando sobre os canais disponíveis. Plataformas como o Disque 180, delegacias especializadas e centros de referência de atendimento à mulher oferecem orientação, acolhimento e proteção.

Não há justificativa para silenciar frente à violência. Cada denúncia é um passo em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e segura. Combater a violência contra a mulher é dever de todos — do poder público, da sociedade e de cada indivíduo. Denunciar não é apenas um ato de coragem, é um compromisso com a vida e com a dignidade de todas as mulheres.

## CHARGE |



## OPINIÃO |

## A importância de valorizar imprensa para construir credibilidade e notoriedade

Foto Divulgação

Em um mundo empresarial cada vez mais competitivo, a construção e manutenção de uma reputação sólida são cruciais para o sucesso. Nesse contexto, a imprensa emerge como um veículo fundamental, capaz de conferir autoridade, credibilidade e notoriedade a empresas e empreendedores. No entanto, é imperativo compreender que a comunicação com a imprensa deve ser transparente, clara e desprovida de interesses obscuros. Este artigo explora a importância de valorizar a imprensa e apresenta estratégias para se tornar uma fonte confiável de informação, destacando o papel crucial do assessor de imprensa nesse processo. A credibilidade de uma empresa é construída sobre alicerces de comunicação claros e transparentes. Ao interagir com a imprensa, é essencial fornecer informações de maneira direta e compreensível. Evitar ambiguidades e jargões excessivos é crucial para garantir que a mensagem seja entendida pelo público-alvo. Uma comunicação clara não ape-

nas fortalece a imagem da empresa, mas também estabelece um vínculo de confiança com os leitores. Valorizar a imprensa requer sinceridade nas interações. Empresas e empreendedores devem evitar interesses obscuros que possam comprometer a integridade da informação. A transparência é um atributo valioso, e os leitores são cada vez mais perspicazes na identificação de mensagens tendenciosas. Ao abster-se de manipular informações em benefício próprio, as empresas constroem uma reputação sólida e conquistam a confiança do público. Nesse contexto tem o assessor de imprensa, ele desempenha um papel crucial na construção da imagem da empresa. Além de facilitar o contato entre a empresa e os veículos de comunicação, o assessor desempenha um papel consultivo, orientando a empresa sobre como comunicar suas mensagens de maneira eficaz. Ele atua como um guardião da reputação, garantindo que a comunicação seja ética, transparente e alinhada com os valores da empresa. A imprensa é um canal poderoso

so para disseminar informações relevantes. Empresas e empreendedores devem compreender as necessidades e interesses do seu público-alvo, garantindo que os assuntos abordados sejam pertinentes e significativos. Ao trazer à tona temas de grande relevância, as empresas não apenas consolidam sua posição como fontes confiáveis, mas também mantêm o interesse e a atenção do público.

A autoridade de uma empresa é solidificada quando ela se torna uma referência em seu setor. Participar ativamente de discussões relevantes, oferecer insights valiosos e apresentar soluções inovadoras são maneiras eficazes de estabelecer essa autoridade. A imprensa, ao ser utilizada como um canal para compartilhar conhecimento e experiência, contribui significativamente para a construção dessa imagem de liderança. Valorizar a imprensa é um investimento estratégico para empresas e empreendedores que buscam autoridade, credibilidade e notoriedade.



A construção de uma comunicação clara, limpa e sem interesses obscuros, aliada à abordagem de temas relevantes, posiciona a empresa como uma fonte confiável de informação. Com o apoio estratégico de um assessor de imprensa, a jornada para se tornar uma referência em seu setor torna-se mais sólida e eficaz. Ao reconhecer a importância vital desse relacionamento com a imprensa, as empresas não apenas se destacam em meio à concorrência, mas também estabelecem uma base duradoura de confiança com seus stakeholders.

Ana Barros é jornalista, atuante em assessoria de imprensa em Cuiabá - @vocenaimprensa

## EXPEDIENTE

copopular.com.br

**DIRETOR** Maykon Milas  
**DEPTO COMERCIAL** (65) 3052-6030 ou 3052-6031

**FOTOS** Assessoria e divulgação

**EDITOR DE ARTE** CO Popular

**PAUTA** redacaocopopular1@gmail.com  
admcpopular1@gmail.com



**CIRCULAÇÃO**  
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487  
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articuladores são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Não representam assim a opinião do Jornal.

CHICO 2000 | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

# “Ser envolvido nesse caso representou uma injustiça completa e injustificada contra mim”

Foto Divulgação

O ex-presidente da Câmara de Cuiabá se pronunciou sobre recentes denúncias que o envolveram em supostos casos de corrupção e compra de votos durante sua gestão. Ele negou qualquer irregularidade, afirmou ter prestado esclarecimentos às autoridades competentes e ressaltou que todas as matérias, incluindo o projeto do Contorno Leste, tramitaram de forma regular e dentro dos prazos regimentais.

Sobre acusações envolvendo propinas de vereadores e suposto desvio de recursos para cirurgias eletivas na saúde do município, disse não ter conhecimento de irregularidades e esclareceu que, durante seu mandato, liderou esforços para direcionar cerca de 27 milhões de reais a esse programa, que infelizmente não atingiu os resultados esperados devido a dificuldades na execução pela gestão municipal. Em relação à repercussão das denúncias e às críticas sobre sua proximidade com o ex-prefeito Emanuel Pinheiro, o ex-presidente disse não se sentir perseguido e classificou as acusações como injustas, reafirmando sua confiança no direito ao contraditório e à ampla defesa.

Centro-Oeste Popular – Este ano, o senhor foi alvo de uma investigação de corrupção de compra de votos. Consequentemente, causou o seu afastamento da Casa de Leis. Como o senhor responde a essas acusações?

Chico 2000 – Na verdade, foi feita uma denúncia que partiu do prefeito Abílio Brunini (PL), que antes estava como deputado federal, falando de uma suposta negociação na Câmara, infelizmente estava como presidente e acabou sendo envolvido. Estou muito tranquilo, pois já fiz os devidos esclarecimentos na delegacia e agora irei aguardar a conclusão do inquérito. Sei que a partir daí, verei quais os caminhos deveremos tomar. Quero reforçar que continuarei defendendo meu direito à ampla defesa e não abro mão disso.

Centro-Oeste Popular – Mesmo diante dos fatos e considerando sua proximidade com o ex-prefeito Emanuel Pinheiro, o senhor acredita que tenha sido alvo de fake news ou perseguição política por ser aliado dele? De que forma essas situações impactaram sua atuação e imagem pública?

Chico 2000 – Não, na verdade, essa é uma avaliação que não passa de uma hipótese. As portas da presidência sempre estiveram abertas, sempre atendi todos que me procuraram na presidência, estando ou não na agenda, todos foram atendidos por mim e, no final, ser surpreendido com denúncias injustas como essa é muito triste, mas é algo que está ficando no passado.

Centro-Oeste Popular – Em relação ao projeto do Contorno Leste, que resultou em denúncias envolvendo seu nome, como se deu a tramitação dessa matéria na Câmara e por que o senhor afirma ter sido surpreendido com essas acusações?

Chico 2000 – O projeto referente ao Contorno Leste foi encaminhado pelo Executivo a esta Casa, salvo engano, entre agosto e setembro, tratando do parcelamento de dívidas do município de Cuiabá junto ao governo federal. Essa mensagem chegou pelo sistema No Paper, passou pela Secretaria das Comissões e tramitou normalmente nas comissões temáticas, onde todas as pendências foram sanadas. Durante o processo, estivemos no Ministério Público, acompanhados do secretário Éder Galiciani, servidor efetivo do município, e do então secretário de Fazenda, Beto Possas. Lá, apresentamos todos os esclarecimentos, respondemos às dúvidas e corrigimos eventuais falhas. Após isso, a matéria foi levada ao Colégio de Líderes, que decidiu por sua inclusão em pauta. É importante destacar que, conforme o Regimento Interno, o prazo máximo de tramitação de uma mensagem do Executivo na Câmara é de 45 dias. Caso esse prazo seja ultrapassado, a pauta fica suspensa. No caso específico, o projeto tramitou em 43 dias, portanto dentro do prazo legal e com todas as correções necessárias feitas. Por isso, causa-nos surpresa termos sido envolvidos em denúncias, já que o processo ocorreu de forma republicana, transparente e limpa.

Centro Oeste Popular – Houve denúncias de que vereadores teriam recebido propinas em benefício da empresa HB 20 Construções, responsável pelas obras do Contorno Leste em Cuiabá. Considerando a relevância desse empreendimento e o impacto que essas alegações podem ter sobre a gestão pública, o senhor teve conhecimento dessas denúncias em algum momento?



Chico 2000 – Não tenho qualquer conhecimento sobre isso. Se, porventura, algo dessa natureza aconteceu, posso afirmar com total segurança que não passou por mim. Não partiu da presidência e tampouco foi tratado em momento algum. Todas as decisões que conduzo à frente desta Casa seguem critérios institucionais, transparentes e dentro da legalidade. Portanto, causa-me estranheza essa colocação, porque reitero: não houve nenhum tipo de encaminhação ou tratativa nesse sentido sob minha gestão.

Centro-Oeste Popular – Sabe-se que o mandato do ex-prefeito Emanuel Pinheiro foi cercado de polêmicas e acusações. Uma delas seria que ele deixou de investir 30 milhões de reais em cirurgias eletivas na saúde de Cuiabá. O senhor teve conhecimento dessa acusação e qual é a sua avaliação sobre esse caso?

Chico 2000 – Sim. Inclusive, a iniciativa de convencer os vereadores para que os recursos destinados à saúde fossem carimbados como emendas impositivas partiu de mim, enquanto presidente desta Casa. Naquela ocasião, conseguimos reunir cerca de 27 milhões de reais, que deveriam ser aplicados integralmente em cirurgias eletivas. Chegamos a nos reunir diversas vezes com a equipe gestora da Secretaria de Saúde, e a partir daí teve início o programa de realização dessas cirurgias. No entanto, infelizmente, por questões internas da própria gestão e dificuldades administrativas, o resultado final não foi o que esperávamos. O recurso estava garantido, a Câmara fez sua parte, mas a execução não alcançou o impacto planejado.

Centro-Oeste Popular – O senhor anunciou que pretende se aposentar da

política ao final deste mandato, que vai até 2027. Quais são seus planos após o término do mandato e já tem alguém em mente para dar continuidade ao seu legado político?

Chico 2000 – Acredito que meu futuro político esteja próximo do fim. Sempre entreguei minha vida, meu destino e minhas ações nas mãos de Deus. No mandato anterior, também imaginei que seria o último, mas Ele me oportunizou estar mais uma vez aqui, servindo à população. No entanto, pessoalmente, acredito que este deva ser o meu último mandato. Tenho um neto que é um jovem muito preparado, dedicado, leal e esforçado. Mas ele precisa construir seu próprio caminho, com base no trabalho e nas ações dele, e não apenas pela minha trajetória. O que eu posso fazer é dar exemplo, apoiar e orientar, mas a caminhada política precisa ser fruto do mérito pessoal de cada um.

Centro Oeste Popular – Considerando que o senhor anunciou que seu futuro político está próximo do fim, gostaríamos de saber se, mesmo após deixar a política, pretende continuar apoiando o Partido Liberal (PL) e de que forma pretende manter esse vínculo, se for o caso?

Chico 2000 – Mesmo saindo e deixando um legado, continuo filiado ao PL e já tenho em mãos uma carta de liberação do partido. Mas quero deixar claro: o momento da saída será definido por mim, não pelo partido. Estou nessa sigla há mais de 27 anos, enquanto a maioria está há pouco mais de um ano. Portanto, não me sinto pressionado a sair, de forma alguma. Minha trajetória dentro do partido me dá tranquilidade para tomar essa decisão no tempo certo.

# “Acredito que este ano será o meu último mandato”

## CASA DOS HORRORES | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

# Câmara volta a protagonizar espetáculo constrangedor e reforça desgaste com a população

De acordo com as informações, a sessão foi cancelada após parlamentares priorizarem lanche da manhã e atendimento ao gabinete

A Câmara Municipal de Cuiabá mais uma vez protagonizou um espetáculo constrangedor, digno da alcunha de “Casa dos Horrores”. Uma sessão polêmica foi encerrada pela presidente Paula Calil (PL), sob a justificativa de ausência de parlamentares no plenário. A decisão, contudo, não foi motivada por falta de quórum, pois, 16 vereadores estavam presentes no prédio da Casa, sete a mais que o mínimo exigido para a manutenção dos trabalhos.

O episódio expôs a desorganização crônica do Legislativo cuiabano, onde idas ao banheiro, atendimentos em gabinete ou até pausas para café foram suficientes para travar a análise de projetos. O “freio de arrumação” defendido pela presidente e por parte dos vereadores não convenceu a opinião pública, que assistiu a mais um capítulo de desperdício de tempo e dinheiro em uma Casa

marcada por polêmicas, atrasos e sessões canceladas. Para o vereador Daniel Monteiro (Republicanos), a situação não se tratou de ausência real dos parlamentares, mas de “circunstâncias momentâneas”.

“Foi uma situação que acabou acontecendo e que, de certa forma, serviu para discutirmos questões que vinham atrapalhando o funcionamento da Câmara. Considero que a presidente acertou ao cancelar a sessão, porque era necessário fazermos um freio de arrumação. Como forma de consertarmos, realizaremos duas sessões consecutivas, sem qualquer prejuízo à sociedade, afirmou Monteiro. Apesar da justificativa, o parlamentar reconheceu o desgaste perante a opinião pública, ao admitir que cancelamentos e atrasos reforçam a percepção de baixa produtividade do Legislativo. Além do vexame da sessão,

o caso reacendeu críticas ao regimento interno, que há tempos serve de muleta para justificar falhas na condução dos trabalhos. O uso do artigo 125, que deveria autorizar a presença de autoridades para tratar de temas relevantes, tem sido distorcido para abrir espaço a convidados sem ligação direta com as pautas legislativas. Outra distorção apontada é a fragmentação entre pequeno e grande expediente, que acaba alongando sessões pouco produtivas.

A promessa de mudanças no regimento interno, anunciada pela presidente da Casa, tenta minimizar o desgaste, mas a rotina de interrupções e improvisos reforça a imagem de uma Câmara distante dos problemas reais da cidade. Enquanto vereadores se perdem entre formalidades, cafés e idas e vindas no corredor, Cuiabá segue aguardando ser tratada com seriedade.

Foto Divulgação



## DIREITOS EM RISCO | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

# Ranalli tem mandato caçado após criar projeto de lei transfóbico e infringir direitos humanos

O parlamentar lidera aprovação de norma que proíbe mulheres trans no esporte feminino; medida é alvo de ação judicial e acusações de inconstitucionalidade e preconceito

Sob forte contestação de entidades de direitos humanos e especialistas em direito constitucional, a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e o prefeito sancionou a Lei nº 7.344/2025, que proíbe a participação de atletas trans em categorias esportivas femininas no município. A medida, de autoria do vereador Rafael Ranalli (PL), declarou que, com esta lei, apenas o sexo biológico será considerado como critério válido para definição de gênero em competições esportivas oficiais na capital.

A proposta teve 19 votos favoráveis na Câmara, incluindo os vereadores Paula Calil (PL), Dra. Mara (PODEMOS), Jeferson Siqueira (PSD), Marcrean Santos (MDB), Wilson Kero Kero (PMB), Alex Rodrigues (PV), Daniel Monteiro (Republicanos), Dídimo Vovô (PSB), Katiuscia Manteli (PSB), Michelly Alencar (União Brasil), Samantha Íris (PL), Renivaldo Nascimento (PSDB), Adevaír Cabral (Solidariedade), Demilson Nogueira (PP), Fellipe Corrêa (PL), Kássio Coelho (PODEMOS), Maysa Leão (Republicanos), Ten. Coronel Dias (Cidadania) e Jean Barros (PSB).

Durante a votação, Ranalli afirmou que o objetivo é assegurar a igualdade competitiva entre os atletas. Questionado sobre a criação desta lei, o parlamentar não teve travas na língua e detonou classes da comunidade LGBTQIA+ e os demais companheiros de parlamento que votaram contra a lei.

“Quando você fala em um vermífugo, geralmente os vermes se debatem.

Assim, a gente sabe que as nossas leis muitas vezes são polêmicas. Agregou uma visibilidade nacional, inclusive, a essa legislação. Mas é só uma lei para proteger as próprias mulheres.

Essa é a defesa que eu faço do meu projeto e entendo como natural a defesa da defensoria pública, como dessa associação de classe aí, que vem defender o público deles. Isso é natural, faz parte do jogo”, conclui parlamentar.

A norma, que já está em vigor, impõe multa de R\$ 5 mil a federações, clubes e entidades que permitirem a participação de mulheres trans em competições femininas. O texto ainda prevê que atletas trans que omitirem sua condição possam ser enquadradas como casos de “doping” e banidas do esporte.

O vereador acredita que, assim como ele, existem cidadãos que acreditam que essa briga por igualdade no esporte seja um discurso desnecessário e que existem mulheres que, assim como ele, também são contra essa inclusão no esporte feminino. Além disso, também cita que as diferenças entre os sexos são absurdas, dizendo que o homem recebe uma carga hormonal grande aos 18 anos, diferente das mulheres, medindo a força entre os dois.

Ranalli afirma que os defensores da causa, que buscam a participação no esporte feminino, são pessoas frustradas que não conseguem entrar no esporte feminino, diminuindo e desrespeitando o direito de escolha de gênero das pessoas trans.

“O cara é frustrado no esporte, ele se torna mulher e passa a competir com mulheres. Não acho justo. Cuiabá entende que não é justo”, afirmou.

Com essa proposta, o vereador se alinha a um discurso ultrapassado e excludente, já condenado por organizações internacionais como o Comitê Olímpico Internacional e a ONU, que defendem políticas inclusivas baseadas em critérios científicos, e não em preconceitos.

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPE-MT), junto à Associação da Parada LGBTQIA+, ajuizou uma Ação Civil Pública questionando a constitucionalidade da lei. Segundo a petição, a norma municipal viola diretamente direitos fundamentais previstos na Constituição, como a dignidade da pessoa humana, o direito à identidade de gênero e o princípio da igualdade.

O grupo também pede indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 600 mil, a ser revertida para entidades que atuam no combate à violência contra pessoas trans.

Além da inconstitucionalidade evidente, especialistas também criticam a usurpação de competência legislativa: normas gerais sobre esportes são de atribuição da União, não de municípios.

O vereador finalizou usando como exemplo os EUA e a Inglaterra, dois países que já revigoraram e estão em andamento com a lei que proíbe a inclusão de pessoas trans no esporte feminino.

Foto: Rogério Florentino



“Nos Estados Unidos esse tipo de legislação já está em vigor desde o governo Trump. Na Inglaterra, o futebol feminino também já proibiu a participação de atletas trans. Então, é uma tendência natural que outros países e cidades sigam o mesmo caminho. E, como muitos comentam nas próprias matérias, por que não criar uma categoria específica para pessoas trans? Já existem tantas modalidades, não vejo problema nisso”, finalizou Ranalli.

# CCJ rejeita PEC da Blindagem após mobilização popular em todas as capitais

Texto aprovado na Câmara visava restringir abertura de processos criminais contra deputados e senadores; manifestação de entidades e população pressionou pela rejeição

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado rejeitou a chamada PEC da Blindagem, proposta de emenda à Constituição que busca ampliar a proteção judicial de deputados e senadores. A votação nominal foi unânime, impossibilitando qualquer recurso para levar a proposta ao plenário principal da Casa. O texto havia sido aprovado na Câmara dos Deputados e enfrentava forte resistência no Senado, tanto política quanto popular.

A aprovação inicial pela Casa de Leis provocou forte repercussão em Mato Grosso. A proposta, que visava alterar as regras sobre a prisão de parlamentares federais, restringindo a possibilidade apenas a casos de crimes inafiançáveis definidos pela Constituição, foi vista por parte da classe política como um retrocesso democrático. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), avaliou a medida como um passo atrás.

O deputado avaliou a proposta como um retrocesso e afirmou que, se estivesse presente na votação, teria se posicionado contra. Na visão dele, a medida cria uma distorção entre representantes eleitos e cidadãos comuns.

Em outra manifestação, Russi reforçou que, se a medida chegasse à Assembleia Legislativa, sua posição seria contrária. “Fui um dos primeiros a me manifestar, recebi até algumas críticas nesse sentido, porque realmente é um absurdo o que foi votado em Brasília.

Se algum deputado porventura apresentar na Casa, vou colocar para tramitar, é minha obrigação como presidente. Não posso definir o que eu quero dentro da Assembleia, tenho que levar ao colegiado, mas posso garantir que meu voto e articulação serão contrários. Não acredito que esse projeto prospere dentro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, mas é livre qualquer deputado apresentar”, disse.

A reação também foi intensa entre outros parlamentares estaduais. O deputado Wilson Santos (PSD) classificou a PEC como uma “vergonha nacional”. Em tom inflamado, defendeu que políticos não devem estar acima da lei. “A PEC da Blindagem é uma vergonha. Não podemos construir castas intocáveis. O político vem do meio do povo e tem que estar no mesmo nível do povo, ser julgado pelas mesmas leis. Durante séculos, a sociedade lutou para derrubar o império das famílias e para que o império fosse das leis. Ninguém pode estar acima da lei. Qualquer político tem que estar subordinado à legislação que o mais modesto cidadão estiver. Isso é sem-vergonhice”, afirmou.

Na contramão, o deputado Gilberto Cattani (PL) saiu em defesa da proposta. Para ele, a PEC é uma resposta a abusos cometidos contra parlamentares no Brasil.

“Vejo necessário, no momento que estamos vivendo, que se faça alguma coisa para garantir a prerrogativa do parlamentar.

Temos deputados que foram julgados e condenados, estão na cadeia, apodrecendo, sem terem cometido crime ou sem ao menos se manifestar. A Constituição nos garante o direito à manifestação, mas isso não está sendo respeitado. Se estivesse lá, votaria a favor. O que pega mal no nosso país é julgar um deputado sem passar pelo devido processo legal”, declarou.

Enquanto a repercussão crescia nos estados, no cenário nacional a proposta era alvo de forte contestação popular.

A sociedade realizou diversas manifestações contrárias em todas as 27 capitais brasileiras e em cidades do interior. Em São Paulo, cerca de 42,4 mil pessoas se reuniram na Avenida Paulista; no Rio de Janeiro, estimativas apontam mais de 41 mil participantes na Praia de Copacabana. Em Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa, Maceió, Fortaleza, Recife, Teresina, Aracaju, Belém, Manaus, Macapá, São Luís, Porto Alegre, Cuiabá, Campo Grande, Palmas, Vitória, Goiânia, Curitiba, Florianópolis, Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista, Juiz de Fora e cidades do Triângulo Mineiro, manifestantes ocuparam ruas e praças com faixas e cartazes contra a PEC e contra a anistia a condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Artistas como Maria Gadú, Gilberto Gil, Chico Buarque, Djavan, Caetano Veloso, Daniela Mercury, Simone, Chico César, Fernanda Takai, Wagner Moura e Nanda Costa participaram dos atos.

Amanda Perobelli/Reuters



As palavras de ordem mais ouvidas foram “Não à PEC da blindagem”, “Sem anistia para golpistas” e “Em defesa da democracia”.

O projeto também recebeu críticas de entidades como Pacto pela Democracia, Transparência Brasil, Transparência Eleitoral Brasil e ONG Fiquem Sabendo, que consideraram a PEC um retrocesso para a democracia.

A Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR) apontou vícios de constitucionalidade e afronta à separação entre os Poderes.

Na CCJ do Senado, a rejeição foi unânime, com votos de parlamentares de diferentes partidos e estados. O relator Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou que a proposta precisava ser “enterrada”, enquanto o presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), classificou o texto como um “murro na barriga e tapa na cara do eleitor”.

A derrota da PEC da Blindagem representa uma vitória da sociedade civil, de entidades de fiscalização e de movimentos sociais que defenderam mecanismos de responsabilização de autoridades e o fortalecimento da democracia brasileira. Em Mato Grosso, as falas divergentes dos deputados estaduais evidenciam como o tema ultrapassou o Congresso e passou a refletir também no debate político local.

## SEGURANÇA E DIREITO | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

# Novo Projeto de Lei propõe porte de arma de choque para mulheres em Mato Grosso

Iniciativa do deputado Paulo Araújo prevê regras rígidas de uso, treinamento e controle; proposta surge em meio a números alarmantes de violência de gênero no estado

Tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) um projeto de lei que pode mudar como mulheres lidam com situações de violência no estado. A proposta, de autoria do deputado estadual Paulo Araújo (Progressistas), autoriza o porte de armas de incapacitação neuromuscular, popularmente conhecidas como armas de choque, para mulheres maiores de 18 anos, exclusivamente para fins de legítima defesa. O texto foi apresentado em plenário e estabelece um conjunto de regras para aquisição, treinamento e fiscalização. Cada mulher poderá ter apenas uma arma, com potência máxima de 10 joules, sem dardos energizados. A venda será restrita a lojas especializadas e só ocorrerá mediante apresentação de documento de identidade com foto, comprovante de residência em Mato Grosso e certidão negativa de antecedentes criminais. Além disso, será exigida a conclusão de um curso de orientação sobre uso seguro, ministrado por instrutores credenciados pelos órgãos de segurança pública, e um laudo psicológico que ateste a aptidão da interessada para portar o dispositivo.

“O objetivo é oferecer às mulheres um recurso rápido e eficaz para situações de risco, em que a ajuda policial pode não chegar a tempo.

Não se trata apenas de prevenir o feminicídio, mas também de dar autonomia diante de assaltos e outras agressões físicas”, afirmou.

Segundo o parlamentar, a proposta segue tendência já observada em outros estados, como o Amazonas, e dialoga com projetos que tramitam ao nível nacional. “Hoje o porte dessas armas é proibido por lei. O que fizemos foi trazer o debate para o Mato Grosso. Não é restrito apenas às mulheres com medida protetiva, mas a todas que se sintam mais seguras portando a arma de choque”, defendeu. A iniciativa chega em um momento de grande preocupação com os índices de violência de gênero em Mato Grosso. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) apontam que, até julho de 2025, foram registradas 26.666 vítimas de violência contra a mulher. As ocorrências mais frequentes foram ameaças (11.350), lesão corporal (5.886), injúria (3.053), perseguição/stalking (1.637) e descumprimento de medidas protetivas (1.235). O cenário também é alarmante em relação aos feminicídios. Levantamento do Observatório Caliandra, do Ministério Público de Mato Grosso, revela que até junho deste ano já haviam sido registrados 28 casos.

A maioria ocorreu dentro das casas das vítimas, com armas cortantes ou perfurantes, como facas e facões. No ano de 2024, o estado teve a maior taxa proporcional de feminicídios do Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2,5 casos a cada 100 mil habitantes.

O projeto de lei será analisado pelas comissões temáticas da ALMT, que avaliarão a constitucionalidade e o mérito da proposta. Caso aprovado em plenário, a lei terá prazo de 180 dias para entrar em vigor, tempo destinado à regulamentação e ao preparo dos órgãos de segurança pública. Enquanto isso, o Governo do Estado segue articulando ações conjuntas de enfrentamento à violência contra a mulher. Afim de trazerem mais segurança, será assinado um protocolo de intenções entre o Executivo, o Ministério Público e o Poder Judiciário para reforçar mecanismos de prevenção e monitoramento eletrônico de agressores. Para o deputado Paulo Araújo, a proposta sobre o porte de armas de choque se soma a essas iniciativas. “Não é uma solução isolada, mas um reforço à proteção. As mulheres não podem continuar reféns da violência. Precisamos dar condições para que elas tenham mais chances de defesa”, finaliza.

Foto: JLSiqueira/ALMT



## MORADIA POPULAR | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

## Contorno Leste mobiliza forças políticas em disputa por desapropriação e destino de 2,5 mil famílias

Em meio a decisões judiciais, manifestações e promessas de emendas parlamentares, ocupação em Cuiabá expõe divergências entre Executivo e Legislativo sobre soluções para o déficit habitacional

JLSIQUEIRA / ALMT

O futuro de cerca de 2,5 mil famílias que vivem no Contorno Leste, em Cuiabá, segue em aberto. Após decisão judicial que determinou a desocupação voluntária das áreas até 27 de outubro, o tema ganhou protagonismo na agenda política, mobilizando lideranças municipais, estaduais e federais em busca de recursos para viabilizar a desapropriação dos terrenos ocupados desde 2022.

O deputado estadual Wilson Santos (PSD), que preside a Câmara Setorial Temática da Moradia Popular, anunciou a articulação de aproximadamente R\$ 30 milhões em emendas parlamentares para a aquisição das áreas localizadas nos bairros Itacarambi, João Pinto e Raiz Petróleo. Entre os valores, destacam-se os R\$ 18 milhões prometidos pelo senador licenciado e ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), além de recursos já assegurados por outros parlamentares, como o senador Wellington Fagundes (PL), vereadores Marcrean Santos (PP) e Dra. Mara (Podemos).

“Quem visita o local percebe que já se tornou um grande bairro, com casas construídas e outras em fase de construção. Precisamos de alternativas para não deixar essas famílias sem moradia”, afirmou Wilson, ao reforçar que já havia destinado R\$ 3 milhões em emendas de sua autoria. O deputado ainda sugeriu o nome Jardim Pastor Sebastião, em homenagem ao avô do prefeito Abílio Brunini (PL), para batizar o futuro loteamento.

Do outro lado, a Prefeitura de Cuiabá insiste no projeto Lotes Urbanizados, de caráter exclusivamente municipal. A proposta prevê a doação de terrenos de 10x20 metros, já regularizados, para que as famílias construam suas casas em até quatro anos, apro-

veitando cadastros já existentes no programa “Casa Cuiabana”. Segundo o prefeito, o município negocia com o Poder Judiciário a aplicação do projeto, que poderia incluir parte dos moradores do Contorno Leste.

A polêmica se acentuou após levantamento da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), que identificou apenas 172 famílias com perfil de vulnerabilidade, cerca de 6% do total de moradores do Contorno Leste. O resultado provocou protestos em frente à Prefeitura em junho e novamente em setembro, quando os ocupantes acusaram a gestão municipal de deixá-los sem alternativas.

Em meio às manifestações, Abílio acusou parlamentares de utilizarem a situação com fins eleitorais. Segundo ele, lideranças como Carlos Fávaro, Rosa Neide, Valdir Barranco e Wilson Santos estariam enganando as famílias do Contorno Leste em busca de votos nas eleições do próximo ano.

Apesar das divergências políticas, o consenso entre lideranças é que a situação exige solução urgente, já que a decisão judicial que determinou a reintegração de posse foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto a Prefeitura promete apoio social, com aluguel assistencial e realocação para novas áreas, Wilson Santos aposta na mobilização política e jurídica para garantir a permanência das famílias.

“Não há sentença definitiva, apenas uma liminar de primeira instância. Continuamos acreditando que a decisão pode ser revista, e que os ocupantes poderão ter uma boa notícia”, finalizou o deputado.



## PERSEGUIÇÃO À DIREITA | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

## Elizeu Nascimento defende anistia ampla e acusa STF de perseguição à direita

Para o parlamentar, punições do dia 8 de janeiro têm viés político e servem para enfraquecer a oposição ao governo federal

Foto Divulgação

O deputado estadual Elizeu Nascimento (PL) voltou a criticar o que classifica como uma “perseguição sistemática” à direita no Brasil, com foco nas punições aplicadas aos envolvidos nos atos do dia 8 de janeiro de 2023. Segundo ele, o debate sobre a anistia tem sido “manipulado por setores da esquerda”, que agora tentariam transformar a proposta em um mecanismo de dosimetria, descaracterizando sua finalidade original.

Para o parlamentar, a anistia deve ser ampla e irrestrita, alcançando todos os condenados sem distinção. Ele acusa o Judiciário de adotar uma postura seletiva, com rigor contra manifestantes de direita, enquanto teria sido complacente com integrantes da esquerda em episódios anteriores.

Na comparação feita pelo parlamentar, há diferenças gritantes entre os réus. Ele citou casos de manifestantes acusados de crimes graves, que apenas participaram de forma pacífica ou simbólica dos atos, mas receberam penas igualmente severas. Em sua avaliação, essa generalização serviria como instrumento político para enfraquecer a oposição ao atual governo federal.

O deputado também questionou a legalidade das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, que, em sua visão, sofre perseguição mesmo fora do mandato. Ele criticou diretamente o ministro Alexandre de Moraes, alegando que o magistrado atua de forma parcial.

“A condenação do nosso presidente Bolsonaro é injusta. Dia 8 de janeiro ele já não era mais presidente. Quem deveria julgar era a primeira instância, não o STF”, afirmou. Crítico de qualquer aproximação institucional com a esquerda, Elizeu reforçou que não vê possibilidade de diálogo entre os dois campos ideológicos. “Jamais sentar com comunista. Direita é direita, esquerda é esquerda”, declarou.

Além disso, o parlamentar reiterou que seguirá apoiando pautas ligadas à sua base política. Destacou ainda que a anistia é um direito constitucional, não uma concessão, e deixou claro que não falará em nome de prefeitos ou gestores do partido que buscam diálogo com o governo federal. “Da minha parte, não há espaço para acordos com a esquerda”, concluiu.



## SOMBRAS DA FRONTEIRA | MAYKOM MILAS DA REDAÇÃO

## Absolvido pelo TRF2, empresário dono do Shopping China continua cercado por polêmicas e suspeitas de ligação com o crime

Apesar da resposta da Justiça, seu nome continua associado a acusações e suspeitas de ligações com o crime organizado na fronteira

O empresário paraguaio Felipe Cogorno Álvarez, dono do Shopping China, uma das maiores redes de lojas instaladas em cidades de fronteira entre Paraguai e Brasil, foi um dos alvos da Operação Patrón, deflagrada em 2019 pela Polícia Federal, em desdobramento da Lava Jato e conduzida pelo juiz federal Marcelo Bretas, no Rio de Janeiro.

Na ocasião, Cogorno foi acusado de crimes como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e participação em organização criminosa. Entretanto, em 09 de março de 2022, os desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) entenderam que não havia requisitos mínimos para sustentar a denúncia, suspendendo a ação penal contra o empresário.

Apesar da absolvição judicial, o nome de Cogorno permanece envolto em controvérsias. Relatos dão conta de que ele teria mantido proximidade com o narcotraficante Jorge Rafaat, conhecido como “rei da fronteira”, assassinado em 2016 em Pedro Juan Caballero. Segundo versões que circulam na região, Cogorno teria se ajoelhado diante de Rafaat, sinal de submissão ou respeito ao poder que o traficante exercia na linha de fronteira.

Nos bastidores, pairam suspeitas de que o Shopping China teria sido usado como ponto de movimentação financeira do tráfico. Além disso, denúncias indicam que seguranças do estabelecimento trabalham em clima de insegurança, expostos ao risco de violência ligada ao narcotráfico.

O jornal Centro-Oeste Popular afirma estar analisando processos que podem revelar ligações de Cogorno não apenas com Rafaat, mas também com facções brasileiras, como o PCC e o Comando Vermelho. Apesar da absolvição na Operação Patrón, outras investigações ainda poderiam atingir o empresário.

Conforme apurações, Felipe Cogorno não estaria em Pedro Juan Caballero, e sim em outra localidade não rastreada pela Interpol, segundo apurações oficiais. Com seu principal empreendimento, o Shopping China segue como símbolo da força do comércio na região de fronteira. No entanto, o futuro de seu proprietário continua cercado de dúvidas: até que ponto sua trajetória empresarial se confunde com os bastidores do crime organizado na fronteira Brasil-Paraguai?

### OUTRO LADO:

A defesa de Cogorno enviou uma nota oficial ao grupo Milas de Comunicação após grande repercussão. O empresário Felipe Cogorno Álvarez, proprietário do Shopping China e de outros empreendimentos familiares, vem a público esclarecer que nunca respondeu a qualquer processo penal no Brasil ou no exterior. Não houve absolvição, pois não existiu processo judicial contra ele; o que ocorreu foi o trancamento de uma investigação, comprovando que não havia qualquer participação de sua parte.

Cogorno esclarece que não possui vínculo algum com Jorge Rafaat ou

com quaisquer facções criminosas, reafirmando que reside em Assunção há mais de 16 anos e nunca manteve contato com essas pessoas. Sobre relatos que o associariam a gestos de submissão frente a Rafaat, afirma categoricamente que isso nunca aconteceu.

O empresário reforça que o Shopping China e demais empresas do grupo familiar nunca responderam a processos judiciais ou administrativos. Todas as alegações que circulam são fruto de especulações, e ele assegura que não houve movimentações financeiras irregulares.

Quanto à segurança de colaboradores, Cogorno destaca que os funcionários trabalham com segurança e tranquilidade, ressaltando que a região da fronteira mudou significativamente nos últimos anos.

Atualmente, o empresário não participa da gestão diária do Shopping China, que é administrado por um gerente, dedicando-se a outras empresas do grupo e realizando viagens regulares ao Brasil e ao exterior, cumprindo todos os controles migratórios. Felipe Cogorno se coloca à disposição para apresentar certidões negativas da Polícia Federal, da Justiça Federal brasileira e de autoridades do Paraguai e da Argentina, como prova da inexistência de registros criminais contra seu nome. O Shopping China segue como um dos principais empreendimentos comerciais da fronteira, enquanto o empresário reafirma seu compromisso com a legalidade e a transparência em suas atividades.

Foto Divulgação



## SOMBRAS DA FRONTEIRA | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

## Venda irregular de medicamentos coloca saúde pública em risco e escancara serviço precário de fiscalização dos órgãos competentes

Automedicação e comércio clandestino de remédios tarja vermelha e preta evidenciam falhas na fiscalização

Denúncias encaminhadas ao jornal Centro Oeste Popular revelam que a Drogaria Nova, recém-inaugurada em Cuiabá, estaria vendendo medicamentos sujeitos à prescrição médica, incluindo tarja vermelha e preta, sem exigir receita ou reter documentação obrigatória. Segundo relatos, em muitos casos, basta ao consumidor solicitar o nome do remédio para obtê-lo, prática que viola a legislação sanitária e representa grave risco à saúde pública, ao mascarar diagnósticos e incentivar a dependência química.

Especialistas alertam que cerca de 90% da população brasileira já se automedica, reforçando a necessidade urgente de conscientização e fiscalização rigorosa desse tipo de comércio. Medicamentos de tarja vermelha e preta devem ser dispensados somente com receita médica válida, que em alguns casos precisa ser retida pela farmácia. A venda irregular desses produtos configura crime contra a saúde pública, previsto nos artigos 273 e 280 do Código Penal, com penas que podem chegar a 15 anos de prisão, além de multas, interdição do estabelecimento e responsabilização criminal do farmacêutico.

Casos semelhantes já resultaram em condenações e indenizações em outras regiões. Em Minas Gerais, por exemplo, uma farmácia foi condenada a pagar R\$ 15 mil em danos morais a uma cliente que desenvolveu dependência de um medicamento vendido sem receita médica.

Em Cuiabá, denúncias recentes demonstram que diversos estabelecimentos têm descumprido a legislação, oferecendo remédios controlados sem qualquer registro.

Segundo informações apuradas pelo Grupo Milas de Comunicação, essa prática expõe consumidores a riscos graves, como reações adversas e dependência química. Além disso, a propagação abusiva de medicamentos, com cartazes incentivando compras sem orientação, contribui para o problema.

O Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso (CRF-MT) reforça campanhas contra a automedicação e alerta sobre os riscos do uso frequente de analgésicos, anti-inflamatórios e anti-térmicos sem orientação médica, que podem mascarar sintomas graves e agravar doenças. Em parceria com órgãos como o Procon e a Vigilância Sanitária, o CRF-MT intensifica fiscalizações para coibir práticas irregulares.

O uso inadequado de medicamentos sem prescrição pode gerar agravamento de doenças, interações perigosas, resistência bacteriana, especialmente com antibióticos, e dependência, particularmente de fármacos psiquiátricos. Estudos indicam que a automedicação com esses remédios pode provocar efeitos físicos e mentais graves.

Enquanto isso, nenhum supermercado no Brasil está autorizado a vender medicamentos, mesmo os isentos de prescrição médica.

A comercialização de qualquer medicamento segue a Lei Federal nº 5.991/1973, que determina que apenas farmácias e drogarias, sob responsabilidade técnica de farmacêutico habilitado, podem vender esses produtos.

Entre os medicamentos isentos estão analgésicos, anti-térmicos, antiácidos e antialérgicos, como paracetamol, dipirona, ibuprofeno e sal de frutas.

Em setembro de 2025, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal analisou o projeto de lei nº 2.158/2023, de autoria do senador Efraim Filho (União-PB), que propõe permitir a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados.

A proposta foi aprovada na comissão, mas com modificações: a comercialização só seria permitida se o supermercado contasse com farmácia interna, estrutura adequada e presença obrigatória de farmacêutico. A medida ainda está em tramitação no Congresso e não tem aplicação prática em nenhum estado.

Defensores do projeto argumentam que a venda de medicamentos em supermercados poderia ampliar o acesso da população, principalmente em regiões com poucas farmácias, e gerar redução de preços pela concorrência. Uma pesquisa Datafolha, encomendada pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), apontou que 66% dos brasileiros apoiam a iniciativa.

Agência O Globo



Em função das denúncias, a Vigilância Sanitária, o CRF-MT e o Ministério Público deverão ser acionados para investigação, podendo solicitar perícia em lotes de medicamentos, fiscalizar os estabelecimentos e aplicar notificações. Especialistas legais alertam que a venda irregular também pode levar à suspensão ou cassação do registro junto à Anvisa, além de penalidades administrativas e judiciais.

### Outro lado

O jornal tentou contato com o proprietário da Drogaria Nova para esclarecimentos. Ao ser questionado sobre a venda de medicamentos sem receita, o responsável negou a prática e encerrou a ligação. Novas tentativas de contato nos dias seguintes não obtiveram retorno até o fechamento desta edição. A equipe de reportagem também tentou contato com a Vigilância Sanitária e a Secretaria Municipal de Saúde, mas nenhuma das instituições respondeu até o momento da publicação.

Foto Divulgação



CRISE NA SAÚDE | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

# Negociação da Santa Casa expõe queda de valor e dívidas trabalhistas milionárias

Deputado detalha andamento da negociação e destaca desafio dos futuros compradores em assumir débitos com ex-funcionários

**A** novela envolvendo a venda do Hospital Santa Casa de Cuiabá ainda está longe de um desfecho e segue como pauta na Assembleia Legislativa. O deputado Dr. João (MDB) voltou a se posicionar sobre o futuro do hospital histórico da capital, em meio às negociações conduzidas pela Prefeitura e sob acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

De acordo com o presidente do TCE, Sérgio Ricardo, a venda do imóvel está sendo discutida por valores entre R\$ 20 e R\$ 25 milhões.

Após a grande repercussão e diante da pressão em cima do prefeito da capital, Abílio Brunini (PL), o mesmo afirmou que pretende fazer uma proposta de R\$ 20 milhões, defendendo que este é o único caminho viável para concretizar a negociação. Por outro lado, o Dr. João destacou ainda que Sérgio Ricardo já havia sinalizado interesse na aquisição e confirmou que a venda deve ser fechada dentro dessa faixa de valor.

O hospital foi colocado inicialmente à venda por R\$ 78 milhões, mas a falta de interessados derrubou o preço em mais de R\$ 50 milhões. Para o deputado, a atual desva-

lorização torna este o momento ideal para avançar no processo.

“Estamos aguardando desde o começo. Acredito que o governador deve ter uma ideia para repassar para esta Casa. Vejo que o Estado está repassando e a Prefeitura tocando o serviço”, afirmou o parlamentar. A desativação da Santa Casa está prevista até o final de 2025, quando será inaugurado Hospital Central, que assumirá cerca de 70% dos serviços atualmente ofertados pela unidade. O governo do Estado justifica a decisão com base em problemas estruturais e nos altos custos de manutenção do prédio.

Mesmo enfrentando dificuldades como superlotação e déficit de profissionais, a Santa Casa registrou mais de 94 mil atendimentos e 7 mil cirurgias em 2024. Hoje, a unidade funciona de forma parcial, com suspensões pontuais no atendimento pediátrico e sobrecarga em setores como oncologia e nefrologia.

Outro ponto levantado pelo deputado foi a situação dos trabalhadores. Muitos funcionários que atuaram por anos na Santa Casa ainda aguardam o recebimento de salários atrasados. A crise trabalhista resultou na ven-

da judicial do hospital, em razão de uma dívida que ultrapassa R\$ 48 milhões com cerca de 900 ex-funcionários. O governo do Estado já repassou aproximadamente R\$ 20 milhões, além de iniciar o pagamento parcelado dos salários atrasados. No entanto, ainda restam centenas de processos pendentes, totalizando cerca de R\$ 43 milhões.

Segundo o Dr. João, caberá aos futuros compradores do hospital arcar com o desafio de quitar esses débitos. “O trabalhador já está há sete, oito anos sem receber. Na época, conseguimos viabilizar parte dos pagamentos, e agora devem receber na próxima semana o salário. É um processo difícil, que precisou ser negociado no Tribunal Regional do Trabalho para ocorrer de forma parcelada”, destacou.

Foto Divulgação



Além disso, o presidente da Casa de Leis, Max Russi (PSB), também comentou a situação, reforçando que a responsabilidade sobre as dívidas não é do Parlamento, mas sim da Justiça do Trabalho. “Vejo que essa não é uma responsabilidade da Assembleia e sim da Justiça do Trabalho. Particularmente, confio na justiça e acredito mesmo que eles vão encontrar o melhor caminho. O trabalhador não pode ter prejuízo. Ele tem que procurar todas as formas possíveis para não sair lesado nisso”, concluiu.

## CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



### TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

## APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



### TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641